

## **AVALIAÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA DE ENSINO DE IDIOMAS EM NÍVEL SUPERIOR: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES**

**Eduardo José Pacheco<sup>1</sup>**

<sup>1</sup>Universidade de Uberaba – Programa de Pós-graduação em Educação/Mestrado, eduardo.jpacheco@hotmail.com

**Linha de trabalho:** Políticas Públicas na Educação

### **Resumo**

O presente trabalho apresenta as primeiras aproximações com o Programa Idiomas sem Fronteiras, do Ministério da Educação e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no propósito de avaliar o Programa sob a luz de teóricos e pesquisadores que se debruçam sobre o tema das Políticas Públicas e a avaliação dessas políticas tais como Ball (2001, 2002), Secchi (2013, 2016), Souza (2003, 2006) e Bardach (2012). Apresentamos aqui uma contextualização da criação do Programa, que constitui parte dos objetivos da pesquisa, bem como a sua descrição e seus objetivos.

**Palavras-chave:** Idiomas sem Fronteiras, Ensino de Idiomas, Políticas Públicas, Avaliação.

Por cerca de dois anos, durante a graduação, tive a oportunidade de integrar o corpo docente do Núcleo de Línguas (NucLi) da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). O NucLi oferece cursos de idiomas aos alunos de graduação e pós-graduação *stricto sensu*, professores e servidores da Universidade. Todos os cursos são gratuitos e oferecidos na própria instituição em horários que se ajustem à grade horária dos alunos. Muito me incomodava, porém, a baixa procura pelos cursos e a falta de interesse que parecia predominar nos alunos.

O NucLi - UFTM é parte do Programa Idiomas sem Fronteiras, do Ministério da Educação e da CAPES, que hoje conta com 43 NucLi em Universidades Federais e mais 24 Centros Aplicadores de provas de proficiência em idiomas estrangeiros, segundo dados do sítio eletrônico do Programa.

Em conversas informais com professores de outros NucLi de Universidades pequenas e médias, pude constatar que a baixa procura pelos cursos e a falta de interesse não eram problemas locais, mas também estavam presentes em outras universidades. Partindo desse ponto, a pesquisa aqui narrada buscou analisar o impacto do Programa Idiomas sem Fronteiras (IsF) nas universidades participantes e qual o papel desempenhado pelo Programa no desenvolvimento e aperfeiçoamento dos alunos nos idiomas oferecidos levando em conta o interesse e o objetivo desses alunos: se para fins de participação em outros programas como os de mobilidade

estudantil como o Ciência sem Fronteiras (CsF), ou para fins de produção e acesso a obras científicas. Além disso, consideramos também os objetivos de internacionalização das universidades públicas brasileiras, que é a abertura das universidades a estudantes e pesquisadores estrangeiros, bem como o intercâmbio científico e cultural dos nossos alunos e pesquisadores em instituições superiores ao redor do mundo.

Para o início da pesquisa, estabeleceram-se três objetivos específicos, quais sejam: Contextualizar o ensino de línguas estrangeiras no País de modo a entender os motivos que levaram à criação do Programa Idiomas sem Fronteiras; pesquisar e apresentar o IsF desde a sua gênese até o atual momento, analisando o desenho do Programa e os recursos financeiros e humanos empregados, além de expor criticamente os resultados apresentados até agora pelo Núcleo Gestor e seus representantes; Avaliar criticamente alguns dos aspectos do IsF e tentar demonstrar o impacto causado pelo Programa nas universidades participantes.

A metodologia escolhida para orientar esta pesquisa baseou-se nos preceitos da pesquisa qualitativa visto que, por se tratar da avaliação de um Programa, a maioria das suas ações são baseadas em decisões. Sendo assim, “as ciências que pressupõem a ação humana devem levar em conta a liberdade e a vontade humanas e estas sempre interferem no curso dos fatos e dão significados muito diversos à ação.” (CHIZZOTTI, 2014, p. 28)

Além disso, havia também a influência da minha própria vivência dentro do IsF. Segundo Chizzotti (2014, p. 26), “as pesquisas qualitativas [...] não têm um padrão único porque admitem que a realidade é fluente e contraditória e os processos de investigação dependem também do pesquisador – sua concepção, seus valores, seus objetivos.”

Para o início da pesquisa, foi feita uma revisão bibliográfica sobre políticas públicas e sua avaliação e um levantamento de documentos concernentes ao objeto, desde decretos e portarias até normas internas do Programa e outros que poderiam ser profícuos às análises. Também foram levantados dados sobre o IsF no Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC), no Portal da Transparência do Governo Federal e no próprio sítio eletrônico do Programa. Além disso, havia a possibilidade de realização de entrevistas semiestruturadas com membros do Núcleo Gestor do Programa e outros participantes internos e externos visto que são fontes importantes de dados e informações fundamentais para a compreensão do que é o Programa e seu funcionamento, permitindo-nos, por conseguinte, que tivéssemos um olhar mais amplo sobre o IsF, de forma a procedermos uma análise mais fértil.

O Programa Idiomas sem Fronteiras é uma das inúmeras ações das políticas de expansão do ensino superior brasileiro que teve seu início no Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, que instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, e que, por sua vez, juntamente com o Decreto nº 6.094, da mesma data, que dispunha sobre o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação iniciaram uma série de Programas integrantes de uma agenda de políticas públicas para a educação.

Todo esse conjunto de ações iniciadas em 2007 foram e são alvo de olhos atentos tanto de grupos de interesse na matéria, quanto da mídia e de grupos políticos. Entretanto, uma dessas inúmeras ações que parece não ter ganhado tanto destaque no noticiário nacional foi o Programa Idiomas sem Fronteiras que nasceu com a Portaria nº 1.466 de 18 de dezembro de 2012, como Inglês sem Fronteiras e que depois tomou corpo, agregando novos idiomas em seu plano.

A criação do Programa de mobilidade estudantil Ciência sem Fronteiras (outro representante daquele grupo de ações) pelo Decreto nº 7.642 de 13 de dezembro de 2011, visava

*[...] propiciar a formação e capacitação de pessoas com elevada qualificação em universidades, instituições de educação profissional e tecnológica, e centros de pesquisa estrangeiros de excelência, além de atrair para o Brasil jovens talentos e pesquisadores estrangeiros de elevada qualificação, em áreas de conhecimento definidas como prioritárias. (BRASIL, 2011)*

Para dar suporte ao CsF, no seu artigo 11, inciso III, o decreto determinava a promoção do ensino e aprendizagem de idiomas estrangeiros ao Ministério da Educação. Era lançado ali, o embrião do Programa Idiomas sem Fronteiras.

Atuando apenas dentro das universidades federais (UFs), sem grandes estardalços ou obras de engenharia, o IsF surgiu em 2012 com o interessante propósito de auxiliar os alunos das universidades participantes a desenvolverem suas competências linguísticas em língua estrangeira de modo a dar suporte ao Ciência sem Fronteiras, como afirma a portaria criadora do Programa.

Apesar do grande público parecer desconhecer o Programa, este nasceu e se expandiu em curto período de tempo, demandando recursos financeiros do Governo Federal para sua manutenção e no atendimento aos membros das UFs participantes.

O IsF, como ação de política pública, deveria seguir um ciclo que “é constituído dos seguintes estágios: definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação.” (SOUZA, 2006, p. 29). Sendo a avaliação um dos objetivos pesquisa, ela teve como apoio autores e estudiosos que se debruçaram no assunto,

bem como pesquisadores que tratam do tema políticas públicas e suas ações, como Ball (2001, 2002), Secchi (2013, 2016), Souza (2003, 2006) e Bardach (2012).

Considerando que o Programa foi implantado e expandido, já que com a transformação em Idiomas sem Fronteiras (Portaria nº 973 de 14 de novembro de 2014) além do número de idiomas oferecidos, ampliou-se também o público alvo, cabia-nos questionar sobre a avaliação, partindo de questões norteadoras que auxiliassem a pesquisa. O programa foi avaliado pelos seus responsáveis? Há algum tipo de avaliação sendo feita contínua e/ou periodicamente? Se sim, quais são os resultados? Todo o investimento público tem alcançado resultados significativos? Qual é, afinal, o impacto do Programa dentro das universidades? Partindo dos dados oficiais divulgados até aquele momento, pretendia-se avaliar criticamente o Programa, observando seu impacto na academia, bem como se seus objetivos iniciais estavam sendo alcançados com algum êxito, tanto quanto na sua expansão e reestruturação.

Entendendo política pública como “um conceito abstrato que se materializa com instrumentos concretos como, por exemplo, leis, programas, campanhas, obras, prestação de serviço, subsídios, impostos e taxas, decisões judiciais, entre muitos outros” (SECCHI, 2016, p. 5) e que tem como função solucionar problemas ou encontrar novos meios para uma melhor qualidade de vida de uma sociedade, importante etapa de sua implementação é a sua avaliação, como observado anteriormente. Sendo assim,

*a análise de políticas públicas [...] busca gerar e sistematizar informações relevantes para o processo decisório de políticas públicas. O objetivo central dessa atividade é dar subsídios informativos para que a política pública seja mais apta a resolver ou mitigar o problema público. (SECCHI, 2016, p. 10)*

Por isso, a pretensão da pesquisa foi de contribuir com sua avaliação crítica de um olhar que já foi parte integrante do Programa e que depois o via por um prisma diferente, sendo capaz, possivelmente, de enxergar situações que possam não ser visíveis ou compreendidas por membros do IsF ou por observadores de fora, como a mídia e/ou críticos. Além disso, no estágio inicial da pesquisa, não foi encontrado nenhum trabalho desta natureza sobre o IsF, sendo que os trabalhos mais relevantes encontrados sobre o Programa se referiam principalmente à questão da internacionalização, à formação de professores e à didática do ensino de línguas. Dentre esses, destaca-se o artigo da Professora Doutora Simone Sarmiento (que foi vice-presidente do IsF) intitulado *Inglês Sem Fronteiras: uma mirada ao contexto de prática pelo prisma da formação de professores*, voltado para a formação de professores. Além desse trabalho, a Professora Simone Sarmiento coordena um grupo de pesquisa intitulado *O papel das políticas educacionais*



*linguísticas na internacionalização das universidades: os efeitos do Idiomas sem Fronteiras* que, apesar de se voltar para políticas públicas, focaliza a questão da internacionalização e envio de alunos brasileiros para o Canadá.

### Referências

BALL, Stephen. Diretrizes Políticas Globais e Relações Políticas Locais em Educação. **Currículo sem Fronteiras**, v. 1, n. 2, p. 99-116, jul./dez. 2001. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol1iss2articles/ball.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2016.

BALL, Stephen. Reformar Escolas Reformar Professores e os Terrors da Performatividade. **Revista Portuguesa de Educação**, Braga (Portugal), v. 15, n. 2, p. 3-23, 2002. Disponível em: <<http://josenorberto.com.br/BALL.%2037415201.pdf>>. Acesso em 01 out. 2016.

BARDACH, Eugene. **A Practical Guide for Policy Analysis**. The eightfold path to more effective problem solving. 4th ed. Washington: CP Press, 2012. Disponível em: <<https://www.ethz.ch/content/dam/ethz/special-interest/gess/cis/international-relations-dam/Teaching/cornerstone/Bardach.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2016.

BRASIL. Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, n. 79, 25 de abr. de 2007. Seção I, p. 5-6.

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, n. 79, 25 de abr. de 2007. Seção I, p. 7.

BRASIL. Decreto nº 7.642, de 13 de dezembro de 2011. Institui o Programa Ciência sem Fronteiras. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, n. 239, de 14 de dez. de 2011. Seção I, p. 7-8.

BRASIL. Portal da Transparência dos Recursos Federais. Disponível em: <<http://www.portaldatransparencia.gov.br/>>. Acesso em: 02 out. 2016.

BRASIL. Portal do Programa Idiomas sem Fronteiras. Disponível em: <<http://isf.mec.gov.br/>>. Acesso em 02 out. 2016.

BRASIL. Portaria nº 1.466, de 18 de dezembro de 2012. Institui o Programa Inglês sem Fronteiras. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, n. 244, 19 dez. 2012. Seção I, p. 28-29.

BRASIL. Portaria nº 973, de 14 de novembro de 2014. Institui o Programa Idiomas sem Fronteiras e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, n. 222, 17 nov. 2014. Seção I, p. 11-12.

BRASIL. Sistema Eletrônico do Serviço de Informação do Cidadão. Disponível em: <<http://esic.cgu.gov.br/sistema/site/index.html?ReturnUrl=%2fsistema>>. Acesso em: 02 out. 2016.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. 144 p.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do Ciclo de Políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v27n94/a03v27n94.pdf>>. Acesso em 01 out. 2016.

SARMENTO, Simone. KIRSCH, William. Inglês sem Fronteiras: uma mirada ao contexto de prática pelo prisma da formação de professores. **Ilha do Desterro**, Florianópolis, v. 68, n. 1, p. 47-59, jan./abr. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/desterro/article/view/2175-8026.2015v68n1p47/29556>>. Acesso em: 02 set. 2016.

SECCHI, Leonardo. **Análise de Políticas Públicas**: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções. São Paulo: Cengage Learning, 2016. 238 p.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013. 188 p.

SOUZA, Celina. Estado da Arte da Área de Políticas Públicas: conceitos e principais tipologias. In: Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 27., 2003, Caxambu. **Anais eletrônicos...** São Paulo: ANPOCS, 2003. Disponível em: <[http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_details&gid=4232&Itemid=316](http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=4232&Itemid=316)>. Acesso em: 27 set. 2016.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.